
Vinci Vida e Previdência S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório da administração

Senhores Acionistas, apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Vinci Vida e Previdência S.A. (Companhia). A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta e teve homologação pela SUSEP através da Portaria Susep nº 8059, de 24/11/2022, publicada em 30/11/2022 no Diário Oficial da União. Em função da necessidade de autorização adicional por parte da SUSEP para aprovação dos Planos de Previdência, no exercício de 2022, a Companhia ainda não comercializou produtos previdenciários.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com patrimônio líquido de R\$ 20.164 mil e lucro líquido de R\$ 122 mil, principalmente em função da receita financeira decorrente dos investimentos dos recursos aportados pelos acionistas. Diante do lucro líquido apurado, a Companhia constituiu uma obrigação legal de dividendos a pagar no valor de R\$ 58 mil.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras.

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores, parceiros e aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Vinci Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vinci Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vinci Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao

Vinci Vida e Previdência S.A.

considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Vinci Vida e Previdência S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

Ativos	Notas	31 de dezembro de 2022
Ativos circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	5(a)	18.170
Créditos tributários e previdenciários		67
Total dos ativos circulantes		18.237
Ativos não circulantes		
Ativos de direito de uso	7	1.124
Intangível	6	2.221
Total dos ativos não circulantes		3.345
Total dos ativos		21.582
Passivos e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de 2022
Passivos circulantes		
Obrigações a pagar - Fornecedores		158
Impostos e encargos a recolher	8	40
Impostos e contribuições	8	38
Outras contas a pagar - Dividendos a pagar		58
Passivos de arrendamento	7	365
Passivo circulante		659
Passivos não circulantes		
Passivos de arrendamento	7	759
Passivos não circulantes		759
Total dos passivos		1.418
Patrimônio líquido	9	
Capital social		10.100
Aumento de capital (em aprovação)		10.000
Reserva de lucros		64
Patrimônio líquido		20.164
Total do passivo e patrimônio líquido		21.582

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Despesas gerais e administrativas	10 (a)	(341)
Despesas com tributos	8	(50)
Resultado operacional		(391)
Receita financeira	10 (b)	547
Resultado Financeiro, líquido		547
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		156
Imposto de renda e contribuição social	11	(34)
Lucro líquido do período		122
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	9 (c)	0,01

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do resultado abrangente Em milhares de reais

	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Lucro líquido do período	122
Total do resultado abrangente do período	122

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Subscrição do capital em 13/06/22 (*)		-		-	-	-
Aumento de capital em 16/08/22 em aprovação		10.100				10.100
Aprovação de aumento de capital em 24/11/2022	10.100	(10.100)		-	-	-
Aumento de capital em 30/11/22 em aprovação		10.000				10.000
Lucro líquido do período	-			-	122	122
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-		-	(58)	(58)
Proposta para destinação do lucro líquido	-		6	58	(64)	-
Em 31 de dezembro de 2022	10.100	10.000	6	58	-	20.164

(*) Aumento de R\$ 100,00 mediante a emissão de 100 cotas, posteriormente convertidas em ações ordinárias.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Em milhares de reais

	Notas	<u>Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		156
Variações nas contas patrimoniais		
Créditos tributários e previdenciários		(67)
Obrigações a pagar – Fornecedores		159
Impostos e encargos a recolher		40
Impostos e contribuições		<u>57</u>
Caixa proveniente das operações		345
Impostos de renda sobre o lucro pago		(35)
Contribuição social sobre o lucro paga		(19)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>291</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no ativo intangível	6	<u>(2.221)</u>
Caixa líquido aplicado nas das atividades de investimento		<u>(2.221)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	9	20.100
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>20.100</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>18.170</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período		<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5(a)	18.170

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Vinci Vida e Previdência S.A. (“Companhia”) é uma empresa constituída no Brasil em 13 de junho de 2022. Seu endereço é na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, no bairro Jardim Paulistano, Edifício Plaza Iguatemi Business Center, salas nº 1.401 e 1.402, na cidade e Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a participação social a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista (a) realização de operações de seguro de pessoas, bem como a instituição e operação de planos de previdência privada aberta; e (b) participação em sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A Companhia obteve autorização de funcionamento como seguradora de vida e previdência pela SUSEP através da Portaria Susep nº 8059, de 24/11/2022, publicada em 30/11/2022 no Diário Oficial da União e iniciará suas operações em 2023.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela administração da Companhia foi autorizada em 27 de fevereiro de 2023.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e mensuração

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

. CPC 50 (IFRS 17 - Contratos de seguros) - Essa norma substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023, conforme orientação do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). No entanto, a norma ainda não foi aprovada pela SUSEP para aplicação pelas seguradoras brasileiras.

. Circular 666/2022 (Requisitos de Sustentabilidade) - Em junho de 2022, a SUSEP publicou a Circular SUSEP nº 666, que dispõe sobre os requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras. O normativo chama a atenção para os riscos de sustentabilidade, de forma a assegurar a efetiva integração no processo de gestão de riscos e estimular que aspectos de sustentabilidade sejam considerados na tomada de decisão das Companhias, com objetivo de fomentar uma atuação cada vez mais resiliente e sustentável do mercado segurador. A norma entrou em vigor em 1º de agosto de 2022, com prazos para adequação até 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias:

(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

(iii) Ativos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (impairment). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para impairment, se necessário.

2.5 Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Companhia classifica como contratos de seguro qualquer acordo por meio do qual o ela se comprometa a garantir ao segurado a indenização contra eventuais riscos referentes a uma pessoa ou coisa, em caso de ocorrência de um sinistro. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registradas quando do início do contrato, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum contrato de seguro em operação.

2.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução Nº 381, de 4 de março de 2020 e Resolução CNSP Nº 417, de 20 de julho de 2021, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía provisão técnica constituída em virtude de não possuir contrato de seguro em operação.

2.7 Ativo intangível

Software de computador

As licenças de software de computador adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e colocar em uso o software específico. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de programas de computador são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e teste de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o produto de software para que esteja disponível para uso.
- A gestão pretende usá-lo ou vendê-lo.
- Existe a capacidade de usar ou vender o produto de software.
- Pode ser demonstrado como o produto de software irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o produto de software estão disponíveis.
- Os gastos atribuíveis ao produto de software durante seu desenvolvimento podem ser medidos de forma confiável.

Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Os métodos e prazos de amortização utilizados pela Companhia para ativos intangíveis estão descritos na Nota 6.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente registrados como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são revisados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a administração não identificou nenhum evento que pudesse impactar o valor recuperável dos ativos intangíveis.

2.8 Arrendamentos

O custo do ativo de direito de uso deve compreender o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ao valor presente. O passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que ainda não foram efetuados. De acordo com CPC, o arrendatário deve apresentar despesas de juros sobre o passivo de arrendamento separadamente do encargo de depreciação para o ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso estão relacionados à locação de imóvel na cidade de São Paulo para utilização da Companhia. Os contratos de arrendamento por leasing transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

O contrato de locação do imóvel está mensurado pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento descontado a valor presente por indexador existente no contrato considerando a vigência do mesmo. Contratos de aluguel com prazo indeterminado são calculados considerando a média por tempo de permanência de contrato. Os valores atualmente registrados nas linhas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento estão divulgados na Nota 8.

2.9 Fornecedores

Estes montantes representam passivos da Companhia realizados antes do final do exercício que não foram pagos. Esses valores geralmente são pagos em até 30 dias após o seu reconhecimento. Os fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver várias obrigações semelhantes, a probabilidade de que uma saída seja exigida na liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações possa ser pequena.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos montantes que se espera que sejam pagos às autoridades fiscais.

A Companhia reconhece passivos para situações em que seja provável que impostos adicionais sejam devidos. Quando o resultado fiscal final dessas questões for diferente dos valores inicialmente registrados, tais diferenças impactarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que tal determinação for feita.

Conforme descrito pela legislação tributária, a Companhia encontra-se pelo regime de lucro real. Antes da data em que a Companhia obteve o registro para operar junto a SUSEP como uma Companhia seguradora (em 24 de novembro de 2022) a alíquota do Imposto de renda era de 15% sobre o lucro além de uma adicional de 10%, incidente sobre a parcela trimestral que exceder a R\$ 60. A alíquota da Contribuição social era de 9% sobre o lucro. A partir da data da obtenção do registro, a alíquota da Contribuição social foi ajustada para 16% sobre o lucro, mantendo-se a alíquota de imposto de renda de 15% e adicional de 10% no que exceder a R\$ 60 trimestralmente.

No período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social foi apurada pela alíquota de 16% em função da publicação da Lei nº 14.446 de 2 de setembro de 2022. A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota retorna a 15%.

2.12 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas como patrimoniais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos proventos.

Dividendos

A provisão é feita a partir de uma obrigação legal ou para o valor de qualquer dividendo declarado, sendo devidamente autorizado e não mais a critério da Companhia, até o final do período de relatório, mas não distribuído no final do período de relatório.

Lucro por ação

(i) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é dividido por:

- o lucro atribuível aos proprietários da Companhia;
- pela média ponderada de ações em circulação durante o exercício, ajustado pelos elementos de bonificação em ações emitidas durante o exercício e excluindo ações em tesouraria.

(ii) Diluição dos lucros por ação

O lucro diluído por ação ajusta os números usados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o efeito após o imposto de renda de juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras, e;
- a média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3 Estimativas contábeis e julgamentos

A Companhia faz estimativas e premissas sobre o futuro, com base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. As estimativas contábeis resultantes, por definição, poderão não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. Em 31 de dezembro de 2022 as principais estimativas e premissas feitas pela Companhia compreendem a provisão para a mensuração do valor justo de ativos financeiros, estimativas e premissas relacionadas aos fluxos de arrendamento, incluindo a avaliação da taxa contratual aplicada, e a análise da vida útil e impairment de ativos intangíveis.

4 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, conforme definidos a seguir: A gestão desses riscos envolve diversos níveis da Companhia e compreende uma série de políticas e estratégias. A gestão de risco da Companhia centra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura mitigar potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

4.1 Fatores de riscos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas quando relevantes para adicionar mais informações.

A gestão de risco da Companhia é predominantemente controlada por um departamento de avaliação de risco sob processo e controles aprovados pela administração.

(a) Risco de crédito

Enquanto a Seguradora não inicia suas operações, o risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa.

(i) Gestão de risco

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas de crédito esperadas são consideradas imateriais devido aos curtos vencimentos dos depósitos e à qualidade de crédito da contraparte, que possuem rating de crédito AAA avaliado pela Fitch Ratings. A Companhia não sofreu perdas de caixa e equivalentes de caixa desde a sua criação.

(b) Risco de mercado

(i) Risco de juros

O resultado da Companhia é sensível à maior/menor receita de juros de equivalentes de caixa e fundos de renda fixa como resultado de mudanças nas taxas de juros.

A tabela abaixo resume a sensibilidade das mudanças nas taxas de juros.

	Impacto no lucro líquido
	31/12/2022
Taxas de juros – aumento de 70 bps	28
Taxas de juros – decréscimo de 100 bps	(40)

* Mantendo todas as outras variáveis constantes.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa e títulos negociáveis suficientes e a disponibilidade de recursos por meio de linhas de crédito compromissadas em montante adequado para cumprir as obrigações no vencimento e encerrar as posições de mercado. Ao final do exercício, a Companhia mantinha depósitos bancários e certificados de depósito no valor de R\$ 18.170 com expectativa de geração imediata de entradas de caixa para gerenciamento do risco de liquidez.

Esta seção apresenta uma análise de liquidez para cada um dos anos apresentados.

	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	18.170
Obrigações a pagar – Fornecedores	(158)
Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)	(1.124)
Exposição ao risco de liquidez	16.888

Vencimento dos passivos financeiros

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento relevantes com base em seus vencimentos contratuais para passivos financeiros significativos.

Vencimento dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Valor contábil
Obrigações a pagar - Fornecedores	(158)	-	-	(158)	(158)
Passivos de arrendamento	(365)	(813)	(231)	(1.409)	(1.124)
Total	(523)	(813)	(231)	(1.567)	(1.282)

5 Composição dos instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	Seção	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	18.170
		18.170
Passivos financeiros		
Obrigações a pagar – Fornecedores		158
Passivos de arrendamento	(b)	1.124
		1.282

A exposição da Companhia aos riscos associados aos instrumentos financeiros é demonstrada na Nota 4. A exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relatório é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros mencionados acima.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Circulante	31/12/2022
Certificados de depósitos bancários (i)	18.170
	18.170

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, depósitos bancários mantidos em instituições financeiras, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos que sejam prontamente conversíveis em montantes de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(i) São compostos por certificados de depósitos emitidos pelo Banco Bradesco (rating de crédito AAA avaliado pela Fitch Ratings) com taxas de juros variáveis de 99,50% a 100,50% do CDI (taxa de depósito interbancário). Os certificados são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Passivos financeiros

	31/12/2022
Circulante	523
Obrigações a pagar – Fornecedores	158
Passivos de arrendamento	365
Não circulante	759
Passivos de arrendamento	759
	1.282

Abaixo a hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Certificados de depósitos bancários	-	18.170	-	18.170
Ativos financeiros – Total	-	18.170	-	18.170

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 – Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Não há ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 classificados ao Nível 1 e 3 na Companhia.

6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis são compostos por gastos com o desenvolvimento de software para o sistema operacional da Companhia. Os benefícios econômicos deste software fluirão para a Companhia a partir do início das operações da Seguradora.

A Companhia avalia em cada data de relatório se existe indicativo de que um ativo intangível possa não ser recuperável. Não houve indicativo de redução do valor recuperável dos ativos intangíveis para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2022</u>
	<u>Total</u>
Custo	
Inicial	2.221
Custos com desenvolvimento de software	
Final	2.221
Amortização acumulada	
Inicial	-
Amortização anual	-
Final	2.221
Inicial	-
Final	2.221
Taxa de amortização (por ano) - %	(a)

(a) A ativo começará a ser amortizado a partir do momento que entrar em operação. A administração estima que o ativo, ainda desenvolvimento, terá uma via útil de 5 anos assim que estiver em uso.

7 Arrendamentos

Esta nota fornece informações para arrendamentos em que a Companhia é arrendatária.

(i) Valores reconhecido no balanço patrimonial

O balanço patrimonial mostra os referidos valores referentes aos arrendamentos financeiros:

	<u>31/12/2022</u>
<i>Direto de uso</i>	
Escritório São Paulo Office	1.124
Total	1.124
<i>Arrendamento financeiro - passivo</i>	
Escritório São Paulo Office	(1.124)
Total	(1.124)
Curto prazo	(365)
Longo prazo	(759)
Total	(1.124)

Em dezembro de 2022 a Companhia assumiu um compromisso de arrendamento, com pagamentos a partir de 2023, adicionando ao direito de uso e passivo de arrendamento financeiro no valor de R\$ 1.124. Esse valor considera os fluxos de pagamentos futuros, descontado a valor presente pela taxa de 15% a.a.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Valores reconhecidos na demonstração do resultado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nenhum valor referente a amortização de direito de uso e despesa financeira foi reconhecido no resultado, assim como não houve pagamento de nenhum arrendamento, uma vez que a Companhia passou a fazer parte do contrato junto às demais empresas do Grupo a partir de dezembro de 2022.

8 Impostos e encargos a recolher e Impostos e contribuições

	31/12/2022
Impostos e encargos a recolher	
Imposto sobre serviço deduzido de terceiros (*)	40
Impostos e contribuições	38
Imposto de renda	14
Contribuição social	14
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (*)	8
Programa Integração Social (PIS) (*)	2
	<u>78</u>

(*) Registrados na rubrica de despesas com tributos, na demonstração do resultado.

9 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 10.100.100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de junho de 2022, os acionistas da Companhia subscreveram capital social de R\$ 100 através da emissão de 100 cotas.

Em 16 de agosto de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$ 10.100.100 através da emissão de 10.100.100 cotas. Esse aumento de capital foi aprovado pela SUSEP em 24 de novembro de 2022.

Em 2 de setembro de 2022 os acionistas decidiram transformar o tipo societário da Companhia de sociedade limitada para sociedade por ações, aprovando a conversão de todas as 10.100.100 quotas em 10.100.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2022 os acionistas da Companhia aprovaram um aumento de capital de R\$ 10.000.000 através da emissão de 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e em 27 de dezembro de 2022 o documento societário foi protocolado na SUSEP para aprovação, permanecendo pendente de aprovação em 31 de dezembro de 2022.

A composição acionária da Companhia antes da aprovação do aumento de capital acima descrito é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Integralização	31/12/2022 Quantidade
Vinci Holding Securitária Ltda.	10.100.099	10.100.099
Vinci Partners Investimentos Ltda	1	1
Total	10.100.100	10.100.100

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros compreendem os lucros líquidos gerados pela Companhia que não foram distribuídos aos seus acionistas ou aprovados para distribuição pela administração da Companhia e a reserva legal, constituída na proporção de 5% sobre o lucro líquido.

c) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro do período aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada das ações em circulação no exercício, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP.

O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Lucro líquido do período	123
Média ponderada do número de ações em circulação	10.100.100
Lucro por ação – básico e diluído (em reais)	0,01

d) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado (a + b + c + d)	17.878
PLA de nível 1 (a)	17.878
PLA de nível 2 (b)	-
PLA de nível 3 (c)	-
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (d)	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA	-
Capital mínimo requerido (e) (*)	8.100
Qualidade da cobertura CMR	
a) no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (a / e)	221%
b) no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; (c / e)	0%
c) no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 ((b + c) / e)	0%
Suficiência (PLA - CMR) (f = a + b + c + d - e)	9.778
Suficiência % (f / e)	121%

(*) Dado que não houve operação em 31/12/2022 pela Companhia, foi constituído, desta forma, o valor do capital base, para fins de enquadramento aos requerimentos da norma.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 432 de 12 de novembro de 2021.

10 Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Despesas gerais e administrativas

	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Despesas com honorários advocatícios	(159)
Despesas com consultoria	(135)
Outras despesas	(47)
	(341)

(b) Receita financeira

	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Receita de aplicação financeira (i)	547
Receita financeira	547

(i) Refere-se à receita de aplicação de equivalentes de caixa.

11 Imposto de renda e contribuição social

Os resultados inerentes à base de cálculo imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSSL) são apurados através regime de lucro real. O valor apurado para o IRPJ e CSSL sobre o lucro no período é o demonstrado abaixo:

	Antes da aprovação SUSEP (*)	Após a aprovação SUSEP (*)	Período de 13 de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	227	(70)	157
Alíquota nominal (34%/41%)	(77)	29	(48)
Ajuste de adicional de impostos de renda	12	2	14
Impostos de renda e contribuição	(65)	31	(34)
Impostos de renda	(45)	20	(25)
Contribuição social	(20)	11	(9)

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Conforme indicado na nota 2.11, antes da data em que a Companhia obteve o registro para operar junto a SUSEP como uma Companhia seguradora, a alíquota do Imposto de renda é de 15% sobre o lucro além de uma adicional de 10%, incidente sobre a parcela trimestral que exceder a R\$ 60. A alíquota da Contribuição social é de 9% sobre o lucro. A partir da data da obtenção do registro, a alíquota da Contribuição social foi ajustada para 16% sobre o lucro.

12 Transações com Partes Relacionadas

A Companhia utiliza a mesma estrutura de custos do Grupo Vinci. O rateio das despesas, incluindo a remuneração do pessoal-chave da Administração não é material considerando que a seguradora ainda não iniciou suas operações.

**Vinci Vida e
Previdência S.A.**

**Parecer dos auditores atuariais independentes
31 de dezembro de 2022**



Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Administradores e Acionistas
Vinci Vida e Previdência S.A.

Escopo da auditoria

Examinamos os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Vinci Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Sociedade obteve autorização de funcionamento em 24/11/2022, não havendo comercialização de produtos na data-base desta auditoria atuarial, conforme disposto na nota 1 de Contexto Operacional. Desta forma, não são aplicáveis procedimentos de auditoria relacionados às provisões técnicas, ativos de resseguro relacionados, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e limites de retenção.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.



Vinci Vida e Previdência S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Vinci Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32
São Paulo - SP - Brasil - 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147